

〈Resumo〉

Conflito entre Democracia e Profissionalismo : Introdução de Polícia Comunitária na Polícia Militar do Estado de São Paulo

Mayumi SHIMIZU

O objetivo deste trabalho é analisar, tendo a introdução da idéia de polícia comunitária no Estado de São Paulo como o exemplo, os fatores que impedem a introdução e a penetração dessa idéia focalizando as normas previamente existentes e incorporadas. Na corporação e nos funcionários da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), a qual é responsável pela introdução da polícia comunitária, incorporam-se as normas mutuamente incompatíveis da democracia e do profissionalismo e é isso que impede a penetração dessa nova idéia de polícia comunitária.

Mesmo depois da democratização do Brasil em 1985, os casos de violação dos direitos humanos por policiais estão longe de ser extinguidos e o governo brasileiro continua a ser severamente criticado tanto no âmbito interno quanto externo. Foi como uma reação a essas críticas que a polícia comunitária foi adotada pela PMESP durante a década de noventa. De acordo com a idéia de polícia comunitária a comunidade civil participa como parceira nas atividades policiais e na resolução dos problemas locais.

As práticas institucionalizadas, consciência dos membros, e ações policiais da PMESP estão baseadas em um equilíbrio entre democratização

e profissionalismo. Embora todos esses fatores sejam produtos da mistura das duas normas, é mais óbvia a influência do profissionalismo na estrutura formal e da democracia na consciência e nas ações policiais. As polícias militares do Brasil têm sua origem histórica na “Polícia do Estado,” a qual protegia os interesses do Estado e da classe dominante através da eficiente repressão de grupos opositores. Esta característica atingiu seu auge durante a época da ditadura militar. Por isso o profissionalismo policial do Brasil dá maior importância à eficiência e é ligado aos valores da época militar. Após a democratização este profissionalismo permaneceu na PMESP, especialmente no âmbito da estrutura formal. Estão incluídos na norma da democracia os elementos da democracia indireta e direta. Percebe-se então que no que se refere à estrutura profissional, a norma da democracia aparece na consciência e nas ações policiais. Assim sendo, a estrutura formal é de-acoplada das ações.

A polícia comunitária foi introduzida neste contexto contraditório e sua penetração é freada pelas duas normas acima mencionadas. Como a polícia comunitária foi adotada em necessidade da democratização, esta proximidade da democracia com a polícia comunitária causa duas identificações. A primeira é a da democracia com a polícia comunitária. Muitos policiais que não trabalham com a polícia comunitária consideram que as duas são a mesma coisa. A segunda é a dos fins da polícia comunitária com os seus meios. No processo de adoção da polícia comunitária, o Estado de São Paulo se baseou nas práticas dos EUA e do Japão. Enquanto os EUA têm como objetivo o melhoramento da relação com a população, o Japão trata esse fator como premissa ou meio para alcançar seus objetivos. Ou seja, no caso de São Paulo o melhoramento da relação com a população é tanto um fim como um meio.

As atividades do tipo serviço social são uma das características mais dis-

tintas da polícia comunitária de São Paulo. Tais atividades têm sido desenvolvidas em nível mais próximo da comunidade e, através da solução dos problemas sociais locais, também visam melhorar a relação com a comunidade. Entretanto esses problemas muitas vezes estão fora do controle da polícia. Por falta de recursos, os policiais que trabalham nas *kobans* precisam receber ajuda da comunidade, o que não pode acontecer sem que exista uma melhor relação entre polícia e comunidade. Tal situação acaba por agravar as contradições acima mencionadas. Além disso, mesmo que as atividades do tipo serviço social dêem satisfação profissional aos policiais das *kobans*, também dá-lhes uma sensação de relutância na execução de processos legais e, quando há alguma falha nas atividades, uma sensação de falta de poder.

